

Renúncia de Sarney ganha apoio

A redução negociada do mandato do presidente José Sarney e a antecipação da posse do presidente eleito, à exemplo da Argentina, foi defendida (ontem) em Brasília, pela maioria dos líderes partidários. Pelo menos três emendas constitucionais neste sentido já tramitam no Congresso, mas não se conhece a extensão da tese nas bancadas.

O líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) e o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PFL-PB) tentaram, sem êxito, retificar a informação,

divulgada sábado pelos jornais, de que Sarney estaria disposto a abreviar seu mandato em nome de um possível acordo nacional contra a crise. A disposição de Sarney fora anunciada por Ponte, que admitiu ter feito as declarações sem consultar o presidente.

Ontem, Gadelha e Ponte foram recebidos por Sarney e, ao invés de esclarecimentos, conseguiram ampliar as contradições. Ponte disse que a redução do mandato não está nos planos do Presidente, mas poderia ser levada em consideração na hipótese de um apelo nacional em

favor desta solução. Gadelha, ao contrário, afirmou que Sarney estaria disposto a muitos sacrifícios em benefícios da Nação, menos a renúncia. "O presidente jamais admitiu a hipótese de abrir mão de seu mandato e o Congresso jamais proporia uma loucura como esta", assegurou o líder do PFL no Senado.

Enquanto Gadelha faz essas afirmações, as emendas que propõem redução do mandato de Sarney já iniciaram sua tramitação. Duas delas, dos deputados Adroaldo Streck (sem partido-RS) e Moema São Thiago (PSDB-CE) prevêem a posse do sucessor no dia 31 de janeiro. Uma emenda constitucional depende da aprovação de três quintos dos membros da Câmara (297 deputados) e do Senado (38 senadores).

Mas a proposta do candidato do PL à Presidência, Afif Domingos, é a mais radical: reduz em 75 dias o mandato do atual presidente, antecipando a posse do eleito para 1º de janeiro. Na tentativa de tornar sua proposta viável ele apresenta hoje, ao Congresso, uma emenda constitucional sugerindo a supressão do artigo 4 das Disposições Transitórias, segundo a qual o presidente eleito este ano deverá assumir somente em março de 90. Caso a emenda seja aprovada, o futuro presidente tomará posse em 1º de janeiro, baseado no artigo 82 do texto permanente da Constituição.

Ontem, no Rio, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, considerou o assunto "inconveniente", argumentando que não dá para falar na renúncia de Sarney antes de se ter um vencedor majoritário do primeiro turno das eleições". Em São Paulo, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que admite discutir a antecipação da posse do eleito em novembro somente após o segundo turno, e desde que a iniciativa parta do próprio Sarney.



Aldori Silva/AE

Gadelha após encontro com Sarney: mais contradições